



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)

[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

Bancada do PPS

CONTRÁRIO À TRAMITAÇÃO  
DÊ-SE CIÊNCIA AO AUTOR

01/10/07

Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira  
Presidente

Campo Mourão, 18 de setembro de 2007

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Protocolo Nº 241/2007

Campo Mourão, 24/09/07 Horas 11:25

Elia  
PROTOCOLISTA

Prezado Senhor,

Nos termos da legislação em vigor registramos a súmula da proposição que segue:

**DISPÕE SOBRE A LIBERAÇÃO DE RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA DE ALVARÁS  
PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAIS, INDUSTRIAIS  
E DE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Atenciosamente.

  
SIDNEI JARDIM

Ao Excelentíssimo Senhor  
**Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira**  
Presidente do Poder Legislativo  
Nesta  
16/LAC



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br) - [www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

DEPARTAMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO E ARQUIVO HISTÓRICO

**O DEPARTAMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO E  
ARQUIVO HISTÓRICO CERTIFICA:**

**- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU  
MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:**

( ) Não

(X) Sim, conforme anexo ao projeto.

**- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:**

**(X) DEPENDE DA ANÁLISE DA PROCURADORIA PARLAMENTAR  
TENDO EM VISTA TER TRAMITADO NA OUTRA LEGISLATURA O  
PROJETO DE LEI 146/98, EM ANEXO.**

( ) Já aprovada (167, I, a RI)

( ) Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167, I, b)

( ) Já transformado em diploma legal (167, I, C), necessitando de  
análise Jurídica

( ) a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada  
inconstitucional pela CLR.

Campo Mourão, 27 de setembro de 2007.

  
.....  
**Dione Clei Valério da Silva**

Chefe do Departamento de Controle Legislativo  
e Arquivo Histórico



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (044) 823-2330 - CEP 87302-220 Cx. Postal 450  
C.G.C. (M.F.) 79.869.772/0001-14  
Assessoria de Bancada do P.M.D.B.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

Protocolo n.º 256.198

Campo Mourão, 01.04.98 Horas: 15:54

[Signature]  
PROTOCOLISTA

FAVORÁVEL A TRAMITAÇÃO  
21/01/98  
PRÉSIDENTE

LR  
FO

DES [Signature]

PROJETO DE LEI Nº 146/98

**"DISPÕE SOBRE A LIBERAÇÃO E RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA DE ALVARÁS PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS NAS CIRCUNSTÂNCIAS E CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

No uso das atribuições que nos confere o inciso I, do artigo 107, do Regimento Interno desta Casa de Leis, submetemos à apreciação do Soberano Plenário, o seguinte **Projeto de Lei**:

**Art. 1º** - Ficam automaticamente renovados os alvarás de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, quando não houver impedimentos por denúncias da comunidade ou da fiscalização, mediante o pagamento da taxa de 30 UFIR (trinta unidades fiscais de referência).

**§ Único** - Os estabelecimentos que possuem alvarás de funcionamento por prazo determinado, já vencidos, também serão automaticamente renovados para a mesma atividade, observadas as disposições do "caput" deste artigo.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO**

## **ESTADO DO PARANÁ**

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (044) 823-2330 - CEP 87302-220 Cx. Postal 450  
C.G.C. (M.F.) 79.869.772/0001-14  
Assessoria de Bancada do P.M.D.B.

**Art. 2º** - Ficam liberados os alvarás de funcionamento para as micro-empresas, assim definidas na legislação própria relativa às micro-empresas, se estas estão ou serão instaladas na residência dos interessados.

**§ Único** - Também serão renovados automaticamente os alvarás de funcionamento para as micro-empresas, observado o disposto no artigo 1º desta lei, mediante o pagamento da taxa de 15 UFIR (quinze unidades fiscais de referência).

**Art. 3º** - Para o preenchimento da documentação necessária à liberação do alvará de funcionamento das atividades que não tiverem código definido na legislação municipal, será permitido o uso do código da atividade similar mais parecida, esclarecendo-se esta circunstância no documento.

**Art. 4º** - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 5º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, em 26 de março de 1998.

  
**Salete Vecchi**

Vereadores

  
**José Luiz Gurgel**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO**

## **ESTADO DO PARANÁ**

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (044) 823-2330 - CEP 87302-220 Cx. Postal 450

C.G.C. (M.F.) 79.869.772/0001-14

Assessoria de Bancada do P.M.D.B.

### **JUSTIFICATIVA:**

O projeto de lei visa desburocratizar ao máximo possível para facilitar e agilizar a renovação dos alvarás de funcionamento das diversas atividades econômicas-empresariais e a liberação dos alvarás para micro-empresas, quando estas funcionam na residência de seus proprietários.

A autorização das renovações e liberações dos alvarás nos termos propostos no projeto de lei, mediante o pagamento das taxas permite organizar a eficiência dos serviços pela administração.

O disciplinamento por lei é necessária, mesmo que a administração por conta própria já iniciou a automatização, cuja regulamentação legal dará mais segurança à ação tanto para a administração como para os interessados.

Prevê também o projeto, código de atividade similar para as atividades que não tem código definido na legislação municipal, com a explicação desta circunstância no próprio documento.

Estende também a renovação automática dos alvarás para os estabelecimentos que tem alvará por prazo determinado, já vencido.

Desta forma, se o projeto transformado em lei, disciplinando a matéria como proposta, a administração tem instrumento eficiente para a renovação e liberação de alvarás nas condições e circunstâncias especificadas, que também culmina em beneficiar toda a comunidade.

  
**Salete Vecchi**

Vereadores

  
**José Luiz Gurgel**





Campo Mourão



670  
17

At. D. A. L.  
12/08/98  
[Signature]

## MENSAGEM DE VETO Nº 010/98

Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal,

Usando das atribuições a mim conferidas pelo § 1º do artigo 33 e inciso VI do artigo 55, da Lei Orgânica do Município, **vetei** o Projeto de Lei nº 146/98 que "Dispõe sobre a liberação e renovação automática de alvarás para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços nas circunstâncias e condições que especifica e dá outras providências".

O Projeto de Lei em tela afronta a obrigação do Município de exercer o poder de polícia destinado a regular e disciplinar as atividades econômicas, relativamente a proteção dos interesses maiores da segurança, higiene, ordem e costumes, estabelecidos pela Lei Municipal 779/92 e alterações posteriores.

O Município pode instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia. Com a renovação automática do alvará de funcionamento, estará verificando-se o recolhimento da taxa sem se verificar o regular exercício do poder de polícia, ferindo assim, o contido no artigo 145, II, da Constituição Federal.

Estes, Senhor Presidente, são os motivos que me levaram a vetar totalmente o Projeto de Lei em questão.

Campo Mourão, 31 de agosto de 1998

[Signature]

**Tauilio Tezelli**  
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

Protocolo n.º 2904/98

Campo Mourão, 31/08/98 Horas: 18h

PROTOCOLISTA

COPIA VETO



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

R. Francisco Albuquerque, 1488 - Telefãx (044) 823-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.G.C. (M.F.) 79.869.772/0001-14

Assessoria de Bancada do PSDB

11  
Enb  
18

## MENSAGEM DE VETO Nº 010/98

### AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

### ENVIADO À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

### RELATOR: VEREADOR SIDNEI JARDIM

### RELATÓRIO:

Tramita, nesta Comissão, Mensagem de Veto nº 010/98, de autoria do Poder Executivo, que **META TOTAL O PROJETO DE LEI Nº 146/98, QUE DISPÕE SOBRE A LIBERAÇÃO E RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA DE ALVARÁS PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS NAS CIRCUNSTÂNCIAS E CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

### VOTO DO RELATOR:

Analisando as considerações apresentadas pelo Senhor Prefeito manifestamos nosso voto favorável ao veto, haja vista que o citado projeto fere a Constituição Federal, em especial o contido no artigo 145, II.

**SALA DAS SESSÕES**, em 07 de outubro de 1998.

  
**SIDNEI JARDIM**

**Relator**

SJ/DCVS.

*[Handwritten notes and signatures at the bottom of the page]*





# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (0xx44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J. 79.869.772/0001-1

E-mail: [legislativomunicipal@start.com.br](mailto:legislativomunicipal@start.com.br)

[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

Assessoria Jurídica

### **PARECER PRELIMINAR:** DATA DO RECEBIMENTO PARA PARECER:

( ) Indicação nº _____/2007	( ) Projeto de Lei nº _____/2007
( ) Indicação Legislativa nº _____/2007	( ) Projeto de Resolução _____/2007
( ) Requerimento _____/2007	( ) Emenda à L.O.M. nº _____/2007
(X) Outros <i>Sumula</i> <u>291</u> /2007	( ) Moção nº _____/2007

AUTOR (ES): .....

### **OCORRÊNCIAS:**

- ( ) Preenchidos os requisitos de constitucionalidade e legalidade.
- (X) *Verificação de Prejudicialidade.*
- ( ) Vício de competência da matéria. Competência do (a).....
- ( ) Vício de origem. Competência privativa do (a).....
- ( ) Inconstitucional por ferir:.....
- ( ) Inorgânico por ferir:.....
- ( ) *Illegal por ferir:*.....
- ( ) Possível corrigir ilegalidade/inconstitucionalidade através de emendas.....
- ( ) Necessário corrigir nos seguintes pontos:.....
- ( ) Necessário estudo aprofundado pela Assessoria Jurídica.
- ( ) Parecer Jurídico em anexo.
- ( ) Diligências necessárias ou sugeridas:.....
- ( ) A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no art. ....da LDO.
- ( ) A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no art. ....do PPA.

Parecer prolatado em 28/09 /2007.

- ( ) favorável à tramitação.
- ( ) favorável à tramitação com emendas.
- ( ) Pela apresentação de substitutivo
- (X) Contrário à tramitação
- ( ) ..... Emendas em anexo.
- ( ) Substitutivo em anexo.
- ( ) Diligências.

GIOVANE JOSÉ MARTINS  
Assessor Jurídico – OAB/PR 31.312